

Janeiro de 1995, quinta-feira. Em roupão e de cigarro apagado nos dedos, sentei-me à mesa do pequeno-almoço onde já estava a minha mulher com a Sylvie e o António que tinham chegado na véspera a Portugal. Acho que dei os bons-dias e que, embora calmo, trazia uma palidez de cera. Foi numa manhã cinzenta que nunca mais esquecerei, as pessoas a falarem não sei de quê e eu a correr a sala com o olhar, o chão, as paredes, o enorme plátano por trás da varanda. Parei na chávena de chá e fiquei. «Sinto-me mal, nunca me senti assim», murmurei numa fria tranquilidade.

Silêncio brusco. Eu e a chávena debaixo dos meus olhos. De repente viro-me para a minha mulher: «Como é que tu te chamas?»

Pausa. «Eu? Edite.» Nova pausa. «E tu?»

«Parece que é Cardoso Pires», respondi então.



«E agora, José?  
[...] você marcha, José!  
José, para onde?»

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Ainda hoje estou a ouvir aquele «é». Espantoso como bruscamente o meu *eu* se transformou ali *noutro alguém*, noutro personagem menos imediato e menos correcto.

Nesta introdução à perda de identidade que um transtorno do cérebro tinha acabado de desencadear, o que me parece desde logo implacável e irreversível é a precisão com que em tão rápido espaço de tempo fui desapossado das minhas relações com o mundo e comigo próprio. Como se acabasse de dar início a um processo de despersonalização, eu tinha-me transferido para um sujeito na terceira pessoa (*Ele*, ou o meu nome, *é*) que ainda por cima se tornava mais alheio e mais abstracto pela imprecisão *parece que*. Além disso, a circunstância de ter respondido à Edite com o apelido e não com o meu primeiro nome, o mais cúmplice entre marido e mulher e o único que nos era natural, é outro indício do distanciamento provocado pelo golpe de azar que me destituía de memória e de passado.

Ele, o Outro. O outro de mim. Em menos de nada, já a Edite falava ao telefone com os médicos sobre esse alguém

impessoal que eu estava a começar a ser. Ouvia-a do meio do *hall* em grande serenidade. Sabia, tenho essa ideia, que alguma coisa se estava a passar comigo, uma coisa oculta, activa, mas nessa altura já principiava a ouvir e a sentir só *de passagem, sem registar*. (Mesmo assim tinha algum conhecimento da ansiedade que me rodeava: «isto não vai ser nada», creio ter dito à Sylvie quando a descobri no corredor, atenta aos telefonemas da Edite.)

Lembro-me de que essa manhã foi invadida por um aguaceiro desalmado, ouvia-se uma chuva grossa e pesada lá fora mas deve ter sido passageira porque quando acabou a Edite ainda estava ao telefone. A partir de então tudo o que sei é que me pus ao espelho da casa de banho a barbear-me com a passividade de quem está a barbear um ausente — e foi ali.

Sim, foi ali. Tanto quanto é possível localizar-se uma fracção mais que secreta de vida, foi naquele lugar e naquele instante que eu, frente a frente com a minha imagem no espelho mas já desligado dela, me transferi para um Outro sem nome e sem memória e por consequência incapaz da menor relação passado-presente, de imagem-objecto, do eu com outro alguém ou do real com a visão que o abstracto contém. Ele. O mesmo que a mulher (Edite, chama-se ela mas nada garante que esse homem ainda lhe conheça o nome, que não a considere apenas um facto, uma presença), exacto, esse mesmo Ele, o tal que a Edite irá encontrar, não tarda muito, a pentear-se com uma escova de dentes antes de partirem de urgência para o Hospital de Santa Maria e o mesmo que, dias depois, uma enfermeira surpreenderá em igual operação ao espelho do lavatório do quarto.

Dias depois, quando?

Sem memória esvai-se o presente que simultaneamente já é passado morto. Perde-se a vida anterior. E a interior, bem entendido, porque sem referências do passado morrem os afectos e os laços sentimentais. E a noção do tempo que rela-

ciona as imagens do passado e que lhes dá a luz e o tom que as datam e as tornam significantes, também isso. Verdade, também isso se perde porque a memória, aprendi por mim, é indispensável para que o tempo não só possa ser medido como sentido. Assim, ao ver o meu Outro eu a pentear-se com uma escova de dentes num quarto de hospital (conforme me contaram depois) pergunto-me quantas vezes lhe aconteceu aquilo e logo de instante vejo uma enfermeira a aparecer-lhe por trás e a trocar-lhe a escova pelo pente, sem um comentário, sem uma palavra sequer, pura e simplesmente na prática de quem executa uma rotina. E ele a obedecer-lhe sem a menor resistência, ele como que a cumprir a parte que lhe compete nessa rotina. «Sempre este jogo?», pergunto.

Talvez. É possível que a aceitação apática do erro se devesse à sua incapacidade mnemónica de relacionar — e portanto de questionar. Possível. Para ele, agora ou ontem tudo era outrora, mundo alheio ou como tal. E desinteresse. O constante e desinteressado desinteresse do homem desabitado de pessoas e de lugares, de tempo e de sentimentos.

Apatia, nesse caso? Nesta fase do processo admito que não se tratasse propriamente de apatia, os médicos é que poderão dizer. Que eu saiba, ele ao princípio sabia-se doente. Ou teria uma percepção limiar da impossibilidade de se conjugar com os outros, uma impossibilidade com a qual convivia numa aceitação natural. Recordo-me até que ao observar uma coisa que lhe chamasse a atenção a punha instintivamente de parte porque tinha como certo que um segundo depois a iria esquecer.

Ouvir e perceber enquanto ouvia mas apagar prontamente, era o traçado em que ele se movia. Ouvir e apagar logo-logo. Apagar. E ver, ver também contava. Ver pessoas (figuras) através dum vidro mudo e perdê-las acto contínuo. Tudo sem angústia, como quem preenchesse o tempo numa serenidade terminal. Como quem, na desertificação que o invadia, fosse